

Três "estouros" marcaram o ano

ARNOLFO CARVALHO

Da Editoria de Economia

1983 ficou nos registros como o ano dos escândalos no Brasil: estouro do Grupo Delfin, caso Baumgarten, falência da Capemil, denúncias das "polonetas" e intervenção no Grupo Coroa/Brastel, etc. A seqüência, de janeiro a setembro, somou-se à quebra do Brasil junto aos seus credores no exterior para abalar a credibilidade do governo e dificultar o encaminhamento de soluções internas para a economia.

O ano começou com denúncias de que o poderoso grupo financeiro da Delfin, no Rio de Janeiro, havia quitado uma dívida com o Banco Nacional da Habitação (BNH) através da entrega de terrenos com preço superdimensionado. O primeiro jornal a levantar a questão foi a *Folha de S. Paulo*, desmentida durante algum tempo até que, no dia 21 de janeiro, o governo decretou intervenção no grupo dirigido pelo empresário Ronald Levinghson.

Os milhares de depositantes em contas de poupança na Delfin foram tomados de surpresa, até que a Caixa Econômica Federal (CEF) se encarregou dos depósitos. A mesma sorte não teve o corpo de funcionários, formado por aproximadamente 2 mil 500 pessoas, que até hoje passam dificuldades à espera da absorção pela Caixa ou, mais provável, pelo consórcio de empresas interessadas em adquirir a Delfin. O negócio ainda depende do BNH e do Banco Central, mas o principal interessado ainda é o empresário Naji Nahas, por sua vez procurado pela polícia norte-

americana por causa de sua participação no estouro da prata, na década passada.

No início de fevereiro a revista *Veja* publicou trechos de um relatório deixado pelo jornalista-empresário Alexandre Baumgarten — assassinado algum tempo antes, junto com a esposa e um barqueiro, quando se encontrava pescando no mar — acusando o general Newton Cruz, então chefe da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI), de ter ameaçado com sua eliminação física. Por trás do caso policial surgiram indícios de transações financeiras envolvendo o que restou da antiga revista *O Cruzeiro*, de um lado, e a "comunidade de informações" de outro.

No rastro das transações — que teriam levado ao assassinato de Baumgarten — apareceram indícios de que também a Agropecuária Capemil (Caixa de Pecúlio dos Militares) estaria envolvida na aplicação de recursos para propaganda ideológica. Não demorou muito até que, em março, a justiça formalizasse a falência da agropecuária, que havia recebido do governo a concessão exclusiva para exploração da madeira numa área de 216 mil hectares do futuro lago da Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, envolvendo bilhões de cruzeiros. A Capemil não deu conta do recado, gastava mais do que podia e empregava centenas de militares da reserva.

O estouro da Capemil puxou o fio da meada de algumas outras transações mal-esclarecidas, entre as quais a participação do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) no forneci-

mento de um aval junto ao Banco Nacional de Paris que, depois, foi retirado. Vieram à tona outras denúncias envolvendo o BNCC, entre as quais um empréstimo para um certo Condômio Barro Preto, na Bahia, formado por pessoas que ocupam altos cargos na administração federal. Por coincidência, o Banco Nacional de Paris já era citado no antigo "relatório Saraiva", como suposto pagador de comissões de US\$ 6 milhões a funcionários da Embaixada Brasileira em Paris, então chefiada pelo atual ministro do Planejamento, Delfim Netto.

O ministro se viu acusado alguns meses depois, através de uma série de reportagens do jornal *O Estado de S. Paulo*, por envolvimento indireto com o escândalo das "polonetas": seu secretário-geral, José Flávio Pécora, era apontado pelas denúncias por ter aparentemente favorecido empresas de comércio exterior (principalmente a Comexport, de cuja diretoria havia participado) nas transações entre o Brasil e a fábrica Polônia. O *CORREIO BRAZILIENSE* divulgou então os documentos internos da investigação que o governo mandara fazer, e aparentemente nada foi provado de concreto. Mesmo assim, o Brasil continua tendo em carteira mais de um bilhão de dólares de notas promissórias emitidas pela Polônia (as "polonetas"), incobráveis até que os devedores decidam o contrário.

Ao mesmo tempo estourava o maior escândalo financeiro da história brasileira: após ter colocado no mercado quase Cr\$ 500 bilhões em letras de câmbio sem lastro (papéis "frios") de

sua financeira, o Grupo Coroa-Brastel não conseguiu sustentar sua posição de caixa e acabou sofrendo intervenção do Banco Central. Quase trinta mil investidores, de várias regiões do país, se viram de um dia para outro de mãos vazias. Até em Brasília houve reflexos: quase uma centena de investidores, principalmente funcionários do próprio Banco Central, havia aplicado dinheiro na Corretora Omicron — de propriedade de um ex-fiscal do BC — e não conseguiram resgatar os papéis porque estes não passavam de letras frias da Coroa.

O escândalo tomou proporções ainda maiores quando o ex-diretor superintendente do Grupo, o empresário Assis Palm Cunha, acusou na polícia as autoridades econômicas de terem estimulado a sua participação na compra da antiga Corretora Laureano — empresa que teve notórias dificuldades financeiras contornadas porque, aparentemente, contava com participação de importantes figuras da elite dirigente. Na mesma linha de acusações entrou o depoimento do economista Alvaro Armando Leal, antigo sócio do secretário-geral da Seplan, José Flávio Pécora: ele confirmou que havia negociado com as autoridades econômicas um enorme empréstimo (Cr\$ 30 bilhões) concedido pelo Banco Central apenas 27 dias antes do estouro da Coroa/Brastel. Palm foi indiciado em inquérito policial por causa dos cheques sem fundos da Coroa/Brastel, mas acusou o Banco Central se ter dado sinal verde para suas transações, tanto é que concedeu até mesmo a assinatura de Cr\$ 30 bilhões.